

# 1

## REFAZENDO A AMAZÔNIA, 1500-1964

Os antropólogos que produziram obras nos anos 50 fizeram-no a partir da extração dos registros da etnografia moderna, para descrever a Amazônia pré-colonial em termos de pequenos bandos de índios que viviam em assentamentos temporários e subsistiam através da caça, pesca e agricultura de rotações<sup>1</sup>. Contrastando com essa imagem familiar, reconstruções atuais do período da pré-conquista confirmam as crônicas de Carvajal e de outros exploradores que registraram a existência de assentamentos permanentes, abrigando de alguns milhares a dezenas de milhares de indivíduos, ou possivelmente mais<sup>2</sup>. Descobertas recentes indicam uma gama de comunidades culturalmente diversas, de variados tamanhos, que viveram em toda a bacia, conectadas por redes de comércio e guerras. Os grupos tribais sedentários então encontrados na

1. J. Steward, *Handbook of South American Indians*; J. Steward e L. Faron, *Native Peoples of South America*. Com base nessas observações, Meggers desenvolveu suas influentes teorias relativas aos limitantes ambientais sobre o desenvolvimento da cultura (B. J. Meggers, "Environmental Limitations on the Development of Culture" e *Amazonia: Man and Nature in a Counterfeit Paradise*). Para uma crítica à teoria oposta, ver D. W. Lathrap, *The Upper Amazon*.
2. Ver W. Balée, "People of the Fallow: An Historical Ecology of Foraging in Lowland South America"; M. B. Bush, D. R. Piperno e P. A. Colino, "A 6,000 Year History of Amazonian Maize Cultivation"; W. Denevan, "The Aboriginal Population of Amazonia"; A. Gibbon, "New View of Early Amazonia"; E. F. Moran, *Developing the Amazon*, pp. 32-34; e "Models of Native and Folk Adaptation in the Amazon", pp. 41-57; A. E. de Oliveira, "Amazônia: Modificações Sociais e Culturais Decorrentes do Processo de Ocupação Humana (Séc. XVII ao XX)"; A. C. Roosevelt, "Chiefdoms in the Amazon and Orinoco"; e E. Ross, "The Evolution of the Amazon Peasantry". Há crescentes evidências de que as atuais formas de adaptação indígena são o resultado de mudanças devidas ao impacto negativo na densidade populacional e total ruptura social efetivados pela conquista europeia.

Amazônia – aparentemente caracterizados por hierarquias estratificadas de nobres, comuns, servos e escravos – pouco se assemelhavam aos pequenos grupos que predominam hoje na região.

Os cinco séculos que se passaram desde que os europeus chegaram pela primeira vez ao Novo Mundo testemunharam o completo refazer da Amazônia. Relatos dessa transformação enfatizam, com razão, a devastação que a experiência colonial impôs aos relutantes povos ameríndios e as extensas consequências que foram mais tarde causadas pelo auge da borracha. Porém, a ênfase dada pelos analistas aos pontos que marcam as descontinuidades entre os períodos ou ciclos induziu a uma menor atenção aos anos intermediários, durante os quais houve uma gradual evolução de características duradouras da sociedade amazônica, que persistem até hoje.<sup>4</sup> Da mesma forma, os modernos registros das sutis mudanças que ocorreram entre a primeira e a Segunda Guerra Mundial e durante os anos 50 são meramente episódicos e escondem processos graduais, porém fundamentais para o entendimento das mudanças. As modificações na estrutura econômica e política que ocorreram naqueles anos ignorados, apesar de frequentemente inconspícias e despercebidas, adicionaram importantes dimensões aos pequenos povoados e cidades que pontuam as margens dos rios ao longo da região. Os capítulos posteriores mostrarão como o legado colonial e as modificações mais recentes na estrutura social afetaram o curso da mudança na fronteira na Amazônia, depois de 1970.

#### A DESTRUÇÃO DA SOCIEDADE AMERÍNDIA, 1500-1750

Os portugueses avistaram a costa leste do continente sul-americano pela primeira vez em 22 de abril de 1500, porém, mais de um século se passou antes que eles estabelecessem assentamentos permanentes

na Amazônia. No início do século XVII, os portugueses infiltraram-se gradualmente rumo ao oeste, ao longo do rio Amazonas e seus principais tributários, em busca de cravo, salsaparrilha, cacau, canela, raízes aromáticas e óleos de palmáceas. Outros itens bastante procurados incluíam madeiras nobres, frutas e caças, principalmente o peixe-boi, tartugas gigantes de rio e onças pintadas. As expedições dependiam de ameríndios como canoeiros, coletores e guias. Incursões mata adentro que, frequentemente, se constituíam em expedições para a captura de índios a serem escravizados, introduziram doenças europeias e a morte em interiores bem distantes<sup>5</sup>.

Missionários da recém-criada Companhia de Jesus, que chegaram ao Brasil em 1549 com o primeiro governador português, Tomé de Souza, acabaram se tornando, por um lado, grandes defensores dos ameríndios, mas, por outro, instrumentos da completa transformação da vida material e cultural dos indígenas. Em 1645, os jesuítas, sob a liderança de Antônio Vieira, começaram a estabelecer missões ao longo dos principais tributários do Amazonas. Grupos ameríndios foram realocados em grandes assentamentos, as chamadas aldeias, onde suas atividades cotidianas pudessem ser supervisionadas de perto, seus espíritos pudessem ser salvos e sua mão de obra encaminhada para novas tarefas, tais como a pecuária. Nas aldeias, os indígenas foram privados de sua identidade tribal sob a influência homogeneizadora dos missionários. Compelidos a se comunicar com os brancos e outros nativos na *língua geral*, ameríndios de diversas tribos foram sendo, através do tempo, tratados genericamente como “tapuios”<sup>5</sup>.

Pelo menos por um tempo, as missões proporcionaram certa proteção aos índios contra os captores de escravos que promoviam expedições contra os tapuias

<sup>4</sup> Este relato do período colonial baseia-se originalmente em J. Hemming, *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*; C. de A. Moreira Neto, *Índios da Amazônia: De Maioria a Minoria (1750-1850)*; A. E. de Oliveira, “Ocupação Humana” e “Amazônia: Modificações Sociais e Culturais Decorrentes do Processo de Ocupação Humana (Séc. xviii ao xx)”; e E. P. Parker, “The Amazon Caboclo: An Introduction and Overview”.

<sup>5</sup> Ver C. de A. Moreira Neto, *op. cit.*, pp. 23-35. O termo *tapuio* originalmente significava escravo; posteriormente, como caboclo, o termo veio a se referir a índios desribalizados. Esses conceitos sobre os indígenas foram inicialmente discutidos por D. Ribeiro, *Os Índios e a Civilização*.

<sup>3</sup> Esta observação foi elaborada por J. P. de Oliveira Filho, “O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX”.

dições anuais ao interior. Contudo, o sistema de aldeamento e a dupla violação das bases materiais e subjetivas da cultura ameríndia mudaram para sempre o modo de vida que existia antes da chegada dos portugueses à Amazônia. Embora nominalmente livres, as missões ameríndias eram obrigadas a prover mão de obra às autoridades reais e aos colonizadores, uma prática que frequentemente se desvirtuava em trabalhos forçados, dificilmente diferenciados de pura escravidão. Além disso, ao concentrarem pessoas em assentamentos de alta densidade, as aldeias facilitavam grandemente a difusão das doenças europeias, tais como a tosse brava, gripe espanhola e catapora, contra as quais as populações nativas não tinham imunidade. Ao final do século XVII, sucessivas epidemias tinham dizimado dezenas de milhares de ameríndios. As densas populações que outrora tinham surpreendido os primeiros exploradores haviam sido destruídas ou tinham se retirado para locais menos acessíveis da Amazônia<sup>6</sup>.

#### REFORMA E REBELIAO, 1750-1850

A catástrofe que se abateu sobre os grupos nativos reduziu a já pequena oferta de mão de obra na colônia, levando a conflitos entre os colonos e os missionários, numa intensa competição por trabalhadores. Em 1751, a capital da colônia do Norte, então chamada Grão-Pará e Maranhão, foi transferida para Belém sob o comando do novo governador, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O meio-irmão do governador, o poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, contou com a ajuda de Furtado para expulsar os também poderosos jesuítas que já tinham uma considerável presença na região, controlando cerca de doze mil ameríndios em sessenta e três missões amazônicas<sup>7</sup>.

Uma série de leis aprovadas em 1755 tomou as aldeias das mãos dos jesuítas, que acabaram por ser expulsos do Brasil em 1759.

O Diretório Pombalino, como veio a ser conhecido, foi a primeira tentativa imposta pelo Estado para “modernizar” a Amazônia<sup>8</sup>. Sob os novos regulamentos, grandes assentamentos já consolidados passaram a ser controlados por diretores laicos nomeados que se tornaram responsáveis pela alocação da mão de obra ameríndia para os colonos e autoridades coloniais. Esse sistema possibilitou a emergência de novos tiranos, cuja incessante demanda por mão de obra ameríndia deturpou as políticas oficialmente humanitárias da Coroa<sup>9</sup>. Elites, com os maiores latifúndios e mais capital, foram capazes de monopolizar a maioria da mão de obra indígena disponível. Alguns colonizadores, sem recursos ou influência para assegurar acesso à mão de obra, tornaram-se *comissários volantes*, ou comerciantes do rio, mais tarde conhecidos como “regatões”<sup>10</sup>.

Expedições organizadas por autoridades coloniais, proprietários de terra e comerciantes substituíram as missões de “resgate”, para levar os ameríndios para os povoados “mestiços”<sup>11</sup>. Durante os quarenta anos de domínio do Diretório, as doenças do Velho Mundo mataram talvez um terço dos ameríndios remanescentes, o que fez cair a população das aldeias, de 30 mil pessoas, em 1757, para cerca de 19 mil em 1798<sup>12</sup>. Antes de Pombal, a população amazônica era principalmente indígena, exceto nos centros urbanos de Belém, Cametá, Viseu, Santarém e Gurupá. Em meados do século XVIII, com exceção de grupos nativos que escaparam para remotas áreas de refúgio, a população da região consistia numa maioria de tapuios destribalizados e subjugados<sup>13</sup>.

8. S. B. Hecht e A. Cockburn, *The Fate of the Forest: Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon*, pp. 38-59.  
9. J. Hemming, *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*, p. 40; e E. P. Parker, “The Amazon Caboclo: An Introduction and Overview”, pp. 27-28.

10. S. B. Hecht e A. Cockburn, *op. cit.*, p. 59.

11. A. E. de Oliveira, “Ocupação Humana”, p. 214.

12. J. Hemming, *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*, p. 57.

13. C. de A. Moreira Neto, *op. cit.*, p. 43. Segundo a mesma linha de Veríssimo, Moreira Neto refere-se ao *tapuio* como um descendente biológico dos povos indígenas, não um grupo mistíco.

6. Ver J. Hemming, *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*; e A. E. de Oliveira, “Ocupação Humana”.  
7. J. Hemming, *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*, pp. 455-476.

Pombal foi deposto do poder em 1777. O fracasso de seu Diretório, concernente à meta de transformar os índios destribalizados das missões em força de trabalho dócil, capaz de sustentar a economia regional, ficou evidente em uma sucessão de revoltas<sup>14</sup>. Tentativas de manter o poder resultaram em leis cada vez mais duras, especialmente depois que a Coroa portuguesa foi transferida para o Brasil, em 1808. Os povoados remanescentes das missões foram destruídos, seus recursos confiscados e os habitantes obrigados a trabalhos forçados. Melhores meios de comunicação e transporte e uma crescente população branca levaram a uma nova onda de ação militar contra as tribos remanescentes.

Depois que o Diretório foi abolido em 1798, a população outrora congregada em assentamentos espalhou-se ao longo dos rios, igarapés e lagos da bacia Amazônica, onde passou a viver primariamente em pequenos grupos familiares. Essa dispersão e isolamento contrastavam com os densos padrões de assentamento dos moradores das várzeas dos tempos pré-coloniais. As estratégias de sobrevivência que os tapuios desenvolveram a partir de então derivavam fortemente dos grupos indígenas dos quais descendiam. Porém, divergindo de seus predecessores, os tapuios distinguiram-se por um duradouro, ainda que tênue, vínculo com o mercado. Enquanto as populações ameríndias pré-coloniais trabalhavam apenas para a subsistência e trocas ocasionais com tribos vizinhas, os jesuítas ensinaram os tapuios a produzir mercadorias que eram intermediadas pelos padres em trocas comerciais<sup>15</sup>.

Quando os jesuítas foram substituídos pelo sistema de Diretório, a mudança colocou os ameríndios em contato direto com os regatões, que forneciam mercadorias até mesmo aos mais remotos assentamentos que pontuavam as beiras de rio<sup>16</sup>. Esses comerciantes do rio proviam a conexão vital entre os dispersos coletores de produtos florestais e os exportadores que entregariam esses bens a distantes mercados no mundo. Ou-

tro comerciantes situaram postos em locais estratégicos, nas junções dos rios ou em pequenos povoamentos, onde se tornaram parte de um extenso sistema de crédito e intermediação. Muito do açúcar produzido na colônia era desviado para a produção de cachaça, que serviu (junto com as sementes de cacau e fárdos de algodão) como moeda ao longo dos rios, onde dinheiro era escasso<sup>17</sup>. A dispersa população de produtores tapuios e a complexa rede de pequenos comerciantes de quem eles dependiam formaram padrões de organização sociocultural e econômica. Esse padrão organizativo viria a ser mobilizado posteriormente com a emergência do auge da borracha.

No início da colonização, a Amazônia estava vinculada diretamente ao rei, em Lisboa, e não ao governador do Brasil. Somente em 1823, um ano depois de o Brasil ser proclamado independente, foi que a colônia do norte, o Grão Pará, declarou sua adesão à nova nação, e a Amazônia foi pela primeira vez formalmente integrada ao Brasil. O “brasileiramento” do governo levou a fortes tensões políticas que eclodiram em rebeliões nas várias regiões da nova nação, inclusive na Amazônia. O mais extensivo levante foi a *Cabanguagem*, no Pará, revolta que começou como uma disputa entre elites rivais subsequente à independência do Brasil<sup>18</sup>. Em 1835 e 1836, a revolta estendeu-se dos centros urbanos para o interior, onde rebeldes (conhecidos como *cabanos*) insurgiram-se violentemente contra seus senhores e patrões. Estima-se que trinta mil pessoas morreram nessa revolta. O número de mortos representou cerca de um quarto da população do Pará.

A força de trabalho da região foi devastada pela violência e pelas epidemias que logo se seguiram. Tapuios, negros escravizados e outros trabalhadores fugiram, ou porque eram cabanos ou para escapar aos trabalhos forçados<sup>19</sup>. A legislação agrária aprovada logo antes da independência em 1822 tinha abolido o sistema de doações de terras e, pela primeira vez, reconhecido os direitos adquiridos pela ocupação de fato.

14. *Idem*, pp. 26-33.

15. E. Ross, op. cit.

16. E. P. Parker “Cabocloization: The Transformation of the Amerindian in Amazonia, 1615-1800”, pp. 33-34.

17. *Idem*, p. 31.

18. R. Anderson, “The Caboclo as Revolutionary: The Cabanagem Revolt, 1835-1836”.

19. R. Santos, *História Econômica da Amazônia*, pp. 34-35.

O sistema de transporte de regatão para o fornecimento de mercadorias e recolhimento de produtos, já bem estabelecido pelo comércio de outros produtos florestais, permitiu a intensa extração de látex a partir de meados do século XIX. De 1825 a 1850, a produção foi principalmente concentrada em Belém e nos distritos adjacentes. Em contraste com os arranjos desenvolvidos posteriormente, nesse período inicial os seringueiros extraíam o látex em terras devolutas, enquanto suas esposas e filhos produziam culturas de subsistência nas várzeas. Quando a demanda por borracha aumentou, no período entre 1850 e 1870, a rede preeexistente de comerciantes itinerantes e comerciantes de rio transformou-se em uma hierarquia de intermediários dominada pelas casas de exportação de borracha, em Belém e Manaus<sup>22</sup>. Fornecedores expandiram suas redes de seringueiros e comerciantes rumo a oeste, para os rios Madeira e Purus<sup>23</sup>. Os recrutados geralmente migravam sem suas famílias e eram proibidos por seus patrões de exercer qualquer atividade de subsistência que os distraísse da extração da borracha. Esse arranjo os fez muito mais dependentes dos donos dos postos de comércio, os *barracões*, se comparados com os seringueiros autônomos ao redor de Belém<sup>24</sup>.

#### O AUGE DA BORRACHA, 1850-1920

Os ameríndios tinham, desde longa data, descoberto o uso do látex extraído de várias espécies madeireiras dispersas em toda a bacia amazônica. No século XIX, a inovação tecnológica estimulou a demanda industrial por borracha. Em 1839, a Goodyear descobriu como processar o látex natural de maneira que mantivesse sua consistência, a despeito de mudanças na temperatura. Conhecido como vulcanização (assim como o deus Vulcano, contou-se com o calor e o enxofre), o processo transformou a borracha de uma mera novidade em uma valiosa mercadoria no mercado mundial. O comércio de borracha expandiu-se ainda mais com a introdução dos barcos a vapor em 1853, uma inovação que reduziu o tempo que se levava para transportar borracha da floresta para o porto, e com a invenção da roda pneumática por John Dunlop em 1888. Câmeras infláveis encontraram seu primeiro uso em bicicletas, cuja fenomenal popularidade na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX ficou conhecida como a "loucura da bicicleta". Mais tarde, a demanda por látex natural partiu dos fabricantes de carro, que utilizaram o material para rodas e acessórios.

ou posse<sup>25</sup>. Pequenos produtores puderam consolidar suas demandas por terra de forma independente através do sistema de posse, que permaneceu como forma dominante de apropriação de terras até a aprovação de uma nova legislação em 1850. A perda de controle sobre a força de trabalho e a destruição de campos agrícolas e engenhos de açúcar corroeram o domínio dos donos de fazendas e gado. A Cabanagem deixou um vácuo no poder econômico e político na Amazônia, que logo foi ocupado por uma nova elite: os comerciantes, mercadores e exportadores que surgiram com o auge da borracha<sup>26</sup>.

O sistema de transporte de regatão para o fornecimento de mercadorias e recolhimento de produtos, já bem estabelecido pelo comércio de outros produtos florestais, permitiu a intensa extração de látex a partir de meados do século XIX. De 1825 a 1850, a produção foi principalmente concentrada em Belém e nos distritos adjacentes. Em contraste com os arranjos desenvolvidos posteriormente, nesse período inicial os seringueiros extraíam o látex em terras devolutas, enquanto suas esposas e filhos produziam culturas de subsistência nas várzeas. Quando a demanda por borracha aumentou, no período entre 1850 e 1870, a rede preeexistente de comerciantes itinerantes e comerciantes de rio transformou-se em uma hierarquia de intermediários dominada pelas casas de exportação de borracha, em Belém e Manaus<sup>22</sup>. Fornecedores expandiram suas redes de seringueiros e comerciantes rumo a oeste, para os rios Madeira e Purus<sup>23</sup>. Os recrutados geralmente migravam sem suas famílias e eram proibidos por seus patrões de exercer qualquer atividade de subsistência que os distraísse da extração da borracha. Esse arranjo os fez muito mais dependentes dos donos dos postos de comércio, os *barracões*, se comparados com os seringueiros autônomos ao redor de Belém<sup>24</sup>.

Como o suprimento de ferramentas, armas e comida dos seringueiros era mínimo para cada indivíduo, e uma vez que a maioria das relações comerciais eram elaborações do sistema preeexistente de crédito e transporte

22. Comerciantes independentes representaram uma inconveniência para as casas de exportação em Belém e Manaus, quando suas próprias operações se expandiram. Um sentimento antirregião que, às vezes, adquiria nuances antissemíticas e xenófobicas devido à preeminência de judeus e árabes entre os regatões, levou à imposição de impostos esmagadores sobre os comerciantes do rio, a partir de 1842 (L. F. Pinto, *Amazônia (O Anteito da Destração)*, p. 262; J. Hemming, *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*, p. 253). A despeito de seu indispensável papel para alcançar assentamentos remotos, a imagem do regatão como um elemento proscrito da sociedade amazônica perdura até o presente.

23. J. P. de Oliveira Filho, "O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteria Amazônica no Século XIX"; R. Santos, *História Econômica da Amazônia*, p. 72.

24. J. P. de Oliveira Filho, "O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteria Amazônica no Século XIX"; B. Weinstein, *The Amazon Rubber Boom, 1850-1920* e "Persistence of Caboclo Culture in the Amazon: The Impact of the Rubber Trade, 1850-1920". Migrantes do Ceará que se assentaram em áreas remotas do oeste amazônico, como no rio Juruá, tinham problemas de saúde devido a dietas limitadas a farinha de mandioca, carne seca e peixe (E. A. Whitesell, *Rubber Extraction on the Juruá in Amazonas, Brazil: Obstacle to Progress or Development Paradigm?*, p. 15).

25. B. Monteiro, *Direito Agrário e Processo Fundiário*, pp. 149-150; C. de A. Moreira Neto, *op. cit.*, p. 86; R. Santos, "Law and Social Change: The Problem of Land in the Brazilian Amazon".

26. R. Anderson, *op. cit.*, p. 79.

via regatão, o escoamento da borracha requeria pouco investimento de capital. Com efeito, o que o auge da borracha fez foi organizar e juntar os elementos já existentes, adicionando novas versões institucionais à forma como a extração de produtos florestais era financiada. O resultado tornou-se conhecido como *aviamento*, um sistema de fornecimento, crédito e controle de mão de obra.

A extração e a comercialização do látex natural tornaram-se tão elaboradas que mesmo a mais simples transação poderia alcançar seis níveis de intermediação, do produtor ao industrial<sup>25</sup>. No nível mais baixo da hierarquia estava o seringueiro, que percorria as estradas de seringa, cortando cada uma das árvores ao início do dia e deixando um vasilhame para aparar a resina leitosa, retornando, mais tarde, a cada árvore para coletar o látex e finalmente defumá-lo, formando grandes bolas. Seringueiros trocavam a borracha defumada no *barracão* operado pelo próprio dono do seringal ou por alguém a quem o dono pagava comissão. Operadores do barracão pagavam os seringueiros com gêneros, provendo-os de itens de necessidade básica a preços inflacionados. Os termos de troca entre os seringueiros e o barracão eram tais que quase todos os seringueiros ficavam endividados com o barracão. Por sua vez, o dono do barracão ficava endividado com o fornecedor local, o *aviador* da cidade mais próxima. Este último recolhia a borracha e a remetia à casa do aviador em Belém, a figura central do sistema da borracha. As grandes casas de comércio que subiram em poder e proeminência durante o auge recebiam borracha de estradas remotas, financiando a vasta rede de fornecimento, recrutando mão de obra e expandindo as atividades de coleta de borracha em novas áreas para cobrir a demanda. As casas dos aviadores, enfim, vendiam a borracha para as casas de exportação em Belém, geralmente controladas por estrangeiros, que trabalhavam em nome dos compradores de borracha. Finalmente, casas compradoras no exterior vendiam a borracha aos industriais ao redor do mundo.

Relações sociais sob o sistema de aviamento estavam fundamentadas na imobilização por débito e dependiam de formas personalistas de relações patrão-cliente e, em alguns casos, de coerção violenta<sup>26</sup>. Salários eram completamente desconhecidos nessa economia dominada pela troca, na qual dinheiro em si tinha pouca importância. Até meados do século XVIII, não se usava moeda em metal no Pará<sup>27</sup>. Mesmo depois da declaração da República em 1889, a sucessão de diversas moedas, algumas delas fraudadas, reforçou a tradicional falta de confiança em dinheiro na Amazônia. Sob o sistema de aviamento, a segurança não era dada pela quantidade de ganhos, mas pela continuidade no relacionamento, baseada em débito e obrigações, que asseguravam a sobrevivência e o contato indireto com a economia mundial monetarizada. Por um lado, os patrões do aviamento exerciam significante controle sobre os distantes e dispersos seringueiros, mas, estes lançavam mão de numerosas formas de resistência a essa dominação, inclusive deserção<sup>28</sup>. Ao final do século XIX, várias centenas de milhares de migrantes do Nordeste brasileiro tinham se aventurado em remotas regiões da bacia amazônica, como resposta aos incentivos dos seringalistas. O recrutamento de migrantes do nordeste para a Amazônia foi facilitado pela coincidência de dois fatores econômicos. O primeiro foi o crescente preço da borracha; o segundo, a devastadora seca que se abateu sobre o Nordeste entre 1877 e 1900. A seca pôs fim ao auge do algodão que sustentara a colônia desde a década de 1820, deixando milhares de pessoas sem ter meio de vida. Com poucas opções e inspirados pelos rumores da fabulosa riqueza a se extrair da floresta, nordestinos foram facilmente convencidos a migrar rumo ao oeste.

26. Como os escravos de ascendência africana não participaram dessa atividade, a abolição da escravidão em 1888 não teve muito impacto na Amazônia, onde o comércio da borracha era sustentado pela mão de obra tupuna e ameríndia.

27. R. Santos, *História Econômica da Amazônia*, pp. 155-157.

28. J. P. de Oliveira Filho, "O Caboclo e o Brabo: Notas sobre duas Modalidades de Força de Trabalho na Expansão da Fronteria Amazônica no Século XIX"; B. Weinstein, *The Amazon Rubber Boom 1850-1920* e "Persistence of Caboclo Culture in the Amazon: The Impact of the Rubber Trade, 1850-1920".

Em 1910, a borracha amazônica atingiu seu ápice seguido de queda, da qual nunca mais se recuperou completamente. Por esse tempo, a crescente demanda internacional por borracha industrial já tinha ultrapassado em muito a capacidade de oferta do sistema de avamento<sup>29</sup>. O déficit de borracha no mercado mundial provocou um aumento de preço, chegando a sete dólares por quilo no inicio de 1910, ano que marcou o início da colheita das primeiras plantações de seringa bem-sucedidas na Ásia. De um dia para o outro, o baixo preço do produto asiático rouou do Brasil o mercado mundial da borracha<sup>30</sup>.

A moeda estrangeira trazida pelo comércio da borracha ajudou a subsidiar os custos da industrialização no sul do Brasil, mas o mesmo não aconteceu na Amazônia<sup>31</sup>. Os efeitos do auge da borracha nos Estados assentamentos da região eram poucos, devido às peculiares características da economia extrativista. A maioria dos bens acumulados consistiu em dívidas não retomadas ou bens imóveis cujo valor, rapidamente inflacionado, desapareceu com o declínio da economia<sup>32</sup>. Entre 1910 e 1920, migrantes do Nordeste retornaram a suas terras, fazendo diminuir a população do Pará<sup>33</sup>. Estrangeiros que controlavam a exploração da borracha deixaram o país e os aviadores de Belém reduziram drasticamente a escala de suas operações comerciais. Além do mais, o poder econômico dos coronéis do barracão – que derivava do seu monopólio sobre o transporte, comunicação e comércio através do sistema

29. B. Weinstein, *The Amazon Rubber Boom 1850-1920*, pp. 165-167.

30. Sob condições de *plantation*, o custo por unidade de produção da borracha declinou com os aumentos em escala. O oposto ocorreu na extração da borracha nativa, quando demandas crescentes impulsionaram a coleta de látex para áreas cada vez mais remotas, o que implicava maiores custos por unidade. Para uma discussão sobre as implicações dos sistemas extractivos de produção, ver S. G. Bunker, *Underdeveloping the Amazon*.

Na Amazônia, investimentos tinham sido aplicados em *marketing* e rede de fornecimento, em vez de na produção, e mesmo os comerciantes tinham apenas um controle indireto e deficitário sobre a extração de látex. Tentativas de plantação de seringueiras eram limitadas pela falta de capital e não de obra e, ainda mais importante, por problemas biológicos que os produtores foram incapazes de superar. O maior deles era o mal das folhas da América do Sul, causado por um fungo que se espalha rapidamente quando as árvores são plantadas em densidades altas. Para diferentes versões das razões do fracasso dos esquemas de *plantation* de seringa na Amazônia, ver S. G. Bunker, *Underdeveloping the Amazon*; W. Dean, *Brazil and the Struggle for Rubber*; e B. Weinstein, *The Amazon Rubber Boom, 1850-1920*.

31. Ver R. Santos, *História Econômica da Amazônia*, p. 260.

32. B. Weinstein, *The Amazon Rubber Boom 1850-1920*, pp. 232-238.

33. R. Santos, *História Econômica da Amazônia*, p. 261.

barracão<sup>34</sup> – havia revertido em pouco incentivo para investimentos em tecnologia na extração, e muito pouco dos lucros foi parar nas mãos dos produtores diretos. Quando o preço da borracha aumentava, os comerciantes cobravam mais pelas mercadorias vendidas a seus clientes e continuavam comprando o látex a taxas estabelecidas meses antes. O sistema de avamento, portanto, funcionou contra a acumulação de capital e contra a criação de um mercado interno que poderia ter estimulado na Amazônia o tipo de desenvolvimento que ocorreu no sul do Brasil.

As circunstâncias mudaram menos para os próprios seringueiros. Quando o comércio da borracha entrou em colapso, a vasta maioria dos seringueiros que havia sobrevivido à penúria estava pouco melhor do que quando tinha começado. Aquelas que permaneceram na Amazônia direcionaram seus esforços a atividades de subsistência, tais como caça, pesca, agricultura de várzea e a extração de outros produtos florestais. Os seringueiros deram um templo nordestino à cultura amazônica e misturaram-se à população tapuia para produzir o camponês amazônico, o chamado “caboclo”<sup>35</sup>.

#### DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E EXPANSÃO DO ESTADO, 1920-1964

Examinando os registros históricos de grande parte da Amazônia a partir da década de 20 até a de 60, pode-se ter a impressão de uma região em in-

34. M. F. Emmi, *Estrutura Fundiária e Poder Local: O Caso de Marabá*, pp. 35-36; B. Weinstein, *The Amazon Rubber Boom 1850-1920*; e E. A. Whitesell, *Rubber Extraction on the Jurua in Amazonas, Brazil: Obstacle to Progress or Development Paradigm?*, pp. 29 e 36.

35. O termo caboclo, amplamente utilizado no Brasil para se referir a pessoas da zona rural, tinha um significado especial na Amazônia. Segundo E. P. Parker (“The Amazon Caboclo: An Introduction and Overview”), inicialmente o termo se referia aos ameríndios. Ele foi posteriormente aplicado aos descendentes de uniões mistas entre europeus e ameríndios. Eventualmente, o termo veio a referir a populações de origens raciais e culturais miscigenadas que compartilhavam as estratégias de sustentação peculiarmente amazônicas, baseadas na mistura da caça, pesca, extrativismo vegetal e agricultura de subsistência. Diferente dos tapuiatos (como utilizado por C. de A. Moreira Neto, *op. cit.*), a cultura cabocha é dominada pela língua e cultura portuguesa. Ver também E. F. Moran, “The Adaptive System of the Amazonian Caboclo” e *Developing the Amazon*, pp. 98-113; E. P. Parker, “The Amazon Caboclo: An Introduction and Overview”; e C. Wagley, *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics* “The Amazon caboco”.

tividade, imersa em lânguida estagnação econômica<sup>46</sup>. Essa imagem é apenas parcialmente verdadeira. Aparências à parte, significativas mudanças ocorreram em bom número durante esse período<sup>47</sup>. As mais importantes foram a crescente demanda por matérias-primas por parte da industrialização no sul do país, os efeitos das iniciativas de desenvolvimento adotadas pelo governo federal e a diversificação na economia da região.

Após o auge da borracha, a população cabocla passou a responder à demanda por outros produtos extrativistas, enquanto continuava a cultivar, caçar e pescar. O mercado de exportação de peles de animais silvestres expandiu-se na década de 20, incluindo capivara, onça, iguana, jiboia, sucuri e jacaré<sup>48</sup>. Em áreas com densa ocorrência de castanheiras (*Bertholletia excelsa*), as castanhas-do-pará tornaram-se um item de exportação especialmente importante. Essas áreas compreendiam locais ao longo dos tributários do Solimões e Madeira, as comunidades de Faro e Oriximiná no médio Amazonas, e a região do sul do Pará em torno de Marabá, descrita no Capítulo 4<sup>49</sup>. Produção e consumo de alimentos em nível local melhoraram em áreas onde atividades de subsistência haviam sido anteriormente proibidas<sup>50</sup>. O sistema de avitamento foi adaptado para sustentar essas novas atividades extrativas e a economia tornou-se mais monetarizada. Os barões da borracha perderam o poder absoluto de que gozaram outrora, o que permitiu aos caboclos um grau de autonomia antes raramente desfrutado.

Quando as plantações asiáticas conquistaram o mercado mundial de borracha em 1912, industriais dos Estados Unidos procuraram um suprimento de borracha que ilhes fosse mais próximo e ficasse sob seu próprio controle. Os anos das décadas de 20 e 30 testemunharam várias

36. P. Martinello comenta que existe uma lacuna na literatura sobre a Amazônia durante o período de 1920-1940, "como se a melancolia e necrose que tinham devastado o vale inteiro com a estagnação econômica fossem também refletidas na mente das pessoas" (A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazonico, p. 14).

37. Ver também L. A. P. de Oliveira, O Serranejo, o Brabo e o Passeiro (Os Cem Anos de Andanças da População Acreana), pp. 25-28.

38. D. G. McGrath, *The Annual Products Trade in the Brazilian Amazon*, p. 5.

39. P. Martinello, *op. cit.*, pp. 58-59.

40. E. A. Whitesell, *op. cit.*, p. 38.

tentativas fracassadas de estabelecer plantações de seringa na Amazônia, sendo a mais famosa a desafortunada "Fordlândia", de Henry Ford, posteriormente transferida para a vizinha Belterra<sup>51</sup>. Contudo, a extração de seringa natural continuou no Brasil. De fato, a produção aumentou no final dos anos 30, quando os preços mundiais chegaram aos limites superiores e a indústria automobilística brasileira gerou uma demanda interna por borracha<sup>52</sup>.

Com o Presidente Getúlio Vargas, a economia brasileira expandiu sua base industrial na década de 30. A industrialização trouxe mudanças avassaladoras para a estrutura social e redefiniu o papel que a fronteira exerceu no cenário nacional<sup>53</sup>. A ascensão de grupos econômicos e políticos, cujas fortunas estavam vinculadas à manufatura de base urbana, mudou o balanço do poder político nacional, retirando-o das mãos da elite agrícola outrora dominante e passando-o para a emergente burguesia urbana. A mudança deu proeminência a uma gama de novas ideias sobre a natureza de uma sociedade "moderna" e sobre o papel que políticas públicas assumiriam para atingir essa meta de progresso. Na gestão de Vargas, para quem o caminho do progresso assentava-se na expansão da produção industrial, o governo federal tornou-se um ator dominante na arena econômica. As premissas do paradigma "desenvolvimentista" forjado nesse período assombraram novamente um papel dominante nos anos 70, quando o governo federal lançou várias iniciativas para povoar e explorar a Amazônia.

Após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização para substituir a importação tornou-se uma meta explícita da política de desenvolvimento.

41. Ver M. Schminck, "Social Change in the Garimpo"; e W. Dean, *op. cit.*, pp. 67-86. O auge da borracha arrebatou a Amazônia, introduzindo-a no mercado mundial durante o período da vasta expansão global de comércio e investimentos que ocorreu depois de 1850, período que "mudou o mapa da dominação dos espaços mundiais", a ponto de torná-los irreconhecíveis (D. Harvey, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, pp. 260-264). Muitos capitalistas americanos famosos envolveram-se em aventuras amazônicas durante o início do século xx, inclusive Henry Ford, apenas poucos anos após ter estabelecido a primeira linha de montagem em sua fábrica de automóveis. Ver também S. B. Hecht e A. Cockburn, *op. cit.*, pp. 69-85.

42. P. Martinello, *op. cit.*, p. 127.

43. J. Poweraker atenta para a relação entre a expansão da fronteira e a estrutura em mudança da economia brasileira no século xx (*The Struggle for Land: A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil, 1930 to the Present*).

mento brasileiro. A rápida urbanização foi acompanhada por mudanças igualmente significativas na zona rural, quando novas terras continuaram a ser incorporadas para a produção de café, criação de gado e culturas alimentícias. Diferentemente de outras fronteiras prévias, que foram conduzidas por demandas internacionais por *commodities* específicas para exportação, a expansão da pecuária e da agricultura em Goiás e Mato Grosso, rumo ao oeste, que começou no final dos anos 50, ocorreu como resposta a mudanças na economia nacional do Brasil<sup>44</sup>.

A Segunda Guerra Mundial ressuscitou o comércio da borracha, ainda que apenas brevemente. Na década de 30, a Alemanha fez um estoque da borracha brasileira em antecipação aos esforços de guerra. Ao final da década, os Estados Unidos preocuparam-se com a possibilidade de que o Brasil se colocasse ao lado do Eixo, fechando, consequentemente, o acesso à borracha, bem como a estratégicos suprimentos transportados por rotas que cruzavam o Atlântico Sul<sup>45</sup>. A escassez de borracha tornou-se especialmente crítica depois que o Japão tomou o controle das plantações de seringa no sudeste asiático<sup>46</sup>. Em março de 1942, os Estados Unidos e o governo brasileiro assinaram um acordo de cinco anos, conhecido como os Acordos de Washington<sup>47</sup>. A provisão crucial do acordo foi um esforço bilateral para revitalizar a produção de borracha na Amazônia para se chegar a cem mil toneladas por ano. Os Estados Unidos financiaram a restauração do crédito, produção, transporte e sistema de saúde pública, e pagaram os custos de uma transferência maciça de mão de obra do Nordeste para a Amazônia.

Esse esforço de guerra, conhecido como a “guerra da borracha”, foi vivido por cerca de cinqüenta e cinco mil migrantes do nordeste brasileiro, que, até então, ainda estavam indecisos sobre de qual lado iriam ficar (P. Martinello, *op. cit.*, p. 16). Ver também W. Dean, *op. cit.*, pp. 87-107; e D. Mahar, *Frontier Development Policy in Brazil. A Study of Amazonia*, pp. 3-6.

leiro, recrutados e despachados para os remotos rincões da Amazônia durante os cinco anos cobertos pelos Acordos<sup>48</sup>. Cerca de um terço desses migrantes morreu por causa das péssimas condições de trabalho e saúde na selva. O esforço de recrutamento mobilizou um terço da frota de navegação amazônica para transportar trabalhadores para Belém e dai para os distantes seringais<sup>49</sup>. A Rubber Development Corporation (RDC) coordenou o esforço de recrutamento e outras medidas para reativar o sistema de produção da borracha. Novas agências foram criadas para se encarregar do transporte, suprimento, sanidade, saúde pública e crédito. Provavelmente, as mais importantes dessas agências foram o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o Banco de Crédito da Borracha (BCB). Ambas tornaram-se duradouros marcos na paisagem institucional da Amazônia<sup>50</sup>.

Graves problemas cercaram a execução do programa, em especial a ativa resistência dos comerciantes contra a modernização da extração da borracha e as tentativas de se esquivar do sistema de aviação. Incapazes de superar por completo essa oposição, os Acordos tão somente reforçaram a posição das elites seringalistas, sem melhorar significativamente as condições dos produtores<sup>51</sup>.

Uma vez terminada a guerra, os Estados Unidos expressaram pouco interesse em continuar apoiando a extração da borracha amazônica

44. B. Becker, *Geopolítica da Amazônia: A Nova Frontera de Recursos*, p. 111; J. Foweraker, *op. cit.*, S. G. Bunker, *Underdeveloping the Amazon*, pp. 81-82.

45. P. Martinello, *op. cit.*, pp. 65-68, 127.

46. A escassez da borracha apresentou risco tão sério aos esforços de guerra que o governo dos Estados Unidos começou a racionar borracha, além da gasolina e outros materiais essenciais.

47. Prometendo reequipar as forças armadas brasileiras e financejar a siderúrgica estatal de Volta Redonda, próxima ao Rio de Janeiro, os Estados Unidos tiveram sucesso em cooptar os brasileiros que, até então, ainda estavam indecisos sobre de qual lado iriam ficar (P. Martinello, *op. cit.*, p. 16). Ver também W. Dean, *op. cit.*, pp. 87-107; e D. Mahar, *Frontier Development Policy in Brazil. A Study of Amazonia*, pp. 3-6.

48. W. Dean (*op. cit.*, p. 94) e D. Mahar (*Frontier Development Policy in Brazil: A Study of Amazonia*, p. 5) sugerem um número menor de 32 mil migrantes. Faltam dados confiáveis sobre a migração nesse período.

49. P. Martinello, *op. cit.*, p. 220.

50. O antropólogo C. Wagley que trabalhou com o sesp na Amazônia na década de 40, descreveu, em seu clássico estudo *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*, o impacto causado por muitas dessas mudanças sobre as comunidades locais.

51. Planos iniciais incluíam contratos-modelo para trabalhadores, buscando evitar os piores abusos do período do auge da borracha e prover abastecimento através do RDC e da Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (Sava). Compras e vendas exclusivas de borracha pelo Banco de Crédito da Borracha abalaram o poder dos comerciantes na cadeia de aviação e permitiram, pela primeira vez, aos seringueiros o acesso a rendas monetárias. Contudo, medidas de proteção aos trabalhadores não foram implementadas e a usurpação do abastecimento do RDC causou um levante na Associação Comercial de Manaus e Belém. As elites comerciantes revoltaram-se novamente contra o plano, criando caos no precário sistema de oferta para a colheita de 1943. Em 1944, o RDC já tinha capilado, retirando-se gradualmente do comércio (ver P. Martinello, *op. cit.*, pp. 156-159, 211-260; e W. Dean, *op. cit.*, pp. 94-95).

ca além de 1947, o ano em que os Acordos expiravam. De todo modo, por essa época, a demanda por borracha pelo setor industrial brasileiro ultrapassava o volume de exportações. Goodyear, Firestone e Pirelli tinham aberto as primeiras fábricas de pneus em 1926 e 1937, e em 1946 existiam 138 fábricas<sup>52</sup>. Com um crescente interesse em assegurar um suprimento estável de borracha, os industriais de São Paulo forjaram alianças com as elites amazônicas para pressionar o governo brasileiro a estender apoios no preço e em linhas de crédito fornecidas pelo Banco de Crédito da Borracha<sup>53</sup>. Em 1950, a instituição foi renomeada como Banco de Crédito da Amazônia e, depois disso, apoios ao preço continuaram como parte do Plano de Valorização da Amazônia proposto por Vargas, mas então a nova ênfase já seria na diversificação, para além da borracha.

Em 1953, o Presidente Vargas criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), visando implementar programas de desenvolvimento financiados por um fundo especial designado pela Constituição de 1946. Sob o governo Vargas e seu sucessor, Juscelino Kubitschek, a SPVEA alcançou apenas algumas de suas metas<sup>54</sup>. A mais importante delas foi a construção da rodovia Belém-Brasília (1956-1960), que possibilitou a primeira conexão por terra entre a capital do Pará e o sul do Brasil. Outras estradas financiadas pela SPVEA ligaram comunidades dentro da região, como a estrada concluída em 1965 que conectou Itacoatiara à cidade de Manaus<sup>55</sup>.

Embora em geral pouco efetiva, a SPVEA estimulou uma mudança no clima das políticas – uma mudança que começou a ter efeitos mesmo em remotas comunidades da Amazônia. Encabeçando as novidades estava a promessa de novas linhas de crédito através do Banco de Crédito

da Amazônia. Os incentivos possibilitaram a élites locais apropriar-se de terras e a investir em novas atividades agropecuárias que, em alguns lugares, começaram a competir com atividades extrativas. Comerciantes que trabalhavam nos rios entre Santarém e Manaus lucraram com a demanda por juta das indústrias têxteis do sul do Brasil, um cultivo de várzea realizado por pequenos produtores<sup>56</sup>. Populações crescentes nas capitais do norte, como Belém e Manaus, também aumentaram a demanda por alimentos básicos<sup>57</sup>. Em benefício das élites regionais, a SPVEA patrocinou investimentos industriais em Belém, que ficou com a fatia do leão dos fundos disponíveis<sup>58</sup>. Novas fontes de crédito levaram à diversificação econômica e a transformações das relações locais entre patrão e trabalhador. Em uma série de movimentos que sinalizaram uma mudança fundamental na tradicional organização socioeconômica e política da Amazônia, comerciantes começaram a cobrar de seus clientes o pagamento de dívidas consideráveis, apropriando-se de suas terras como forma de pagamento e então cobrando renda ao produtor pela continuidade no uso da terra ou sobre seus produtos<sup>59</sup>.

A criação de novos municípios, em 1961, adicionou ainda outra dimensão às transformações em curso. No sul do Pará, uma parte do município de Conceição do Araguaia tornou-se Santana do Araguaia, e São Félix do Xingu foi separado de Altamira. O processo de desmembramento de antigos municípios em vários menores foi importante porque a criação de novas burocracias e orçamentos municipais se traduzia em novos recursos disponibilizados para a patronagem política, incluindo a distribuição de empregos urbanos que proviam modestas, mas estáveis,

56. S. G. Bunker, "Os Programas de Crédito e a Desintegração Não-Intencional das Economias Extrativas de Exportação no Médio Amazonas do Pará"; C. Wagley, *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*, p. 307; I. Zimmerman, "Manaus Importa Alimentos e nas Várzeas se Produz Fibras: Como Explicar a Contradição?".

57. D. R. Sawyer, *Peasants and Capitalism on an Amazon Frontier*, pp. 109-116.

58. L. F. Pinto, "O Estado Nacional: Padastro da Amazônia", p. 5.

59. R. Pace, *Economic and Political Change in the Amazonian Community of Itá, Brazil*, p. 95; E. P. Parker et al., "Resource Exploitation and Social Transformation in Amazonia: Ethnogeographical Examples from Four Populations", pp. 246-247; C. Wagley, op. cit., p. 300.

remunerações monetárias<sup>60</sup>. Serviços e empregos em recém-criados municípios, tais como em Gurupá, Limoeiro do Ajuru e São Félix do Xingu, atraíram pessoas das áreas rurais circunvizinhas (ver Capítulo 9)<sup>61</sup>. Elites locais aproveitaram-se dos recursos repassados pela intervenção federal na região para consolidar seu controle sobre a terra e sobre a mão de obra.

O fluxo de mão de obra rural-urbano foi reforçado pelas altas taxas de inflação no final dos anos 50 e 60, que puseram fim a muitos donos de barracão que haviam sobrevivido às flutuações no preço da borracha. A introdução de bens de consumo no interior gradualmente estimulou o uso de dinheiro, especialmente na geração mais jovem. Com algumas exceções – sobretudo em áreas onde a coleta de castanha-do-pará, o comércio de peles e a garimpagem permaneceram lucrativas –, essas mudanças econômicas e políticas minaram o sistema de aviamento e lançaram as bases para um mercado de terras e de trabalho que entraria em funcionamento nos anos 70.

O período após a Segunda Guerra Mundial também testemunhou a lenta, mas contínua, migração de pessoas para os estados do Maranhão, Goiás e Pará no leste e sul da Amazônia<sup>62</sup>. Esses precursores do influxo maciço que ocorreu nos anos 70 produziram bens de subsistência e grande parte do excedente agrícola, especialmente arroz, que supriu a crescente população de baixa renda morando em áreas urbanas. Os pequenos agricultores que povoaram a borda inferior da bacia amazônica, junto com os caboclos que tinham começado a adotar atividades agrocolas, constituíram um campesinato em expansão, que crescentemente se vinculava à economia nacional<sup>63</sup>.

#### O AUGE DO GARIMPO, 1950-1964

Uma expressiva faceta da Amazônia no pós-guerra, mas que freqüentemente passou despercebida, foi a progressiva expansão do setor da mineração. A primeira operação mineradora de grande escala na região foi a da ICOMI, um consórcio de companhias brasileiras e a Bethlehem Steel que começou a explorar depósitos de manganes no Amapá, no início dos anos 50. Em menor escala, garimpeiros tinham começado prospecções na Amazônia muito antes, já na década de 30. Na década de 40 e 50 havia um número estimado de 160 mil garimpeiros autônomos no Brasil. A corrida pelo estanho em Rondônia, começando em 1952, atraiu cerca de 45 mil garimpeiros, muitos dos quais eram antigos seringueiros de Rondônia e estados vizinhos do Acre e Amazonas<sup>64</sup>. O acesso aos garimpos era feito por via fluvial ou aérea, a partir de Porto Velho e Ariquemes, cidades que viveram o auge naquele período<sup>65</sup>. Mas foi principalmente na região do Tapajós que o sistema tradicional de garimpagem se desenvolveu mais completamente, num prenúncio do que seria a maciça corrida do ouro, que assumiria um papel fundamental na Amazônia nos anos 80 (ver Capítulo 7)<sup>66</sup>.

Durante os anos 60, as áreas de mineração de ouro no Tapajós eram chamadas de “garimpos fechados”, significando que o acesso à área era controlado pelo dono, geralmente um comprador, comerciante, fornecedor ou piloto. O dono do garimpo poderia convidar outros para montar negócios no garimpo, como construir ou controlar a pista de pouso. O construtor da pista de pouso, conhecido como “dono da pista”, cobraria então uma taxa por seu uso. Dúzias de pistas de pouso foram construídas no início dos anos 60, margeadas a cada lado pela corute-

60. E. P. Parker et al., "Resource Exploitation in Amazonia: Ethnoecological Examples from four Populations", p. 304.

61. R. Pace, op. cit., p. 98; E. P. Parker et al., "Resource Exploitation in Amazonia: Ethnoecological Examples from four Populations", p. 226; C. Wagley, op. cit., pp. 299-309; R. Wesche, op. cit., p. 126.

62. S. Bradford e O. Glock, *The Last Frontier: Fighting over Land in the Amazon*; O. G. C. A. Velho, *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*.

63. Ver D. R. Sawyer (op. cit.) para uma excelente análise da evolução dos campesinatos amazônicos em relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

64. R. L. Monte-Mór, *Espaço e Planejamento Urbano: Considerações sobre o Caso de Rondônia*, p. 79.

65. Os garimpos de cassiterita de Rondônia seguiram, posteriormente, local de um dos principais confrontos entre garimpeiros e as companhias de mineração apoiadas pelo governo na década de 70. Ver Capítulo 2.

66. No inicio, esses garimpos eram acessados apenas por barco. A primeira pista de pouso foi construída por Nilson Pinheiro em Cuiabá em 1960. Outras se seguiram em 1961-63. Não demorou muito, o uso de pequenas avionetas para acessar os garimpos estimulou uma corrida pelo ouro no Tapajós, na década de 60. Até os anos 80, houve várias centenas de pistas de pouso funcionando na região.

*la*, linhas de choupanas que serviam como lojas de suprimentos e residências. Dada a rudimentar tecnologia, falta de infraestrutura e o baixo preço da mão de obra, o transporte aéreo era o principal custo da produção de minérios na região<sup>67</sup>. Como consequência, pilotos assumiam um importante papel, não apenas como transportadores, mas também como patrões mesmo, bem como compradores de ouro, construtores de pista e assessores de garimpeiros.

Comerciantes e compradores de ouro nas cidades de Santarém e Itaituba, que atendiam aos garimpos, constituíram-se em uma nova classe de pessoas ricas. Isso ocorreu especialmente em Itaituba, o centro nevrágico do garimpo, onde a população cresceu rapidamente depois de 1960<sup>68</sup>. Nilson Pinheiro, que descobriu os campos de ouro, foi mais tarde eleito deputado estadual no Pará, em 1982. Da mesma forma, o lendário Zé Arara, que começou como garimpeiro no Tapajós, tornou-se o mais rico empresário de garimpo do Brasil nos anos 80, com frotas de aviões privados, cadeias de lojas de compra de ouro e venda de mercadorias a varejo, além de outros investimentos<sup>69</sup>. Como bem ilustram esses exemplos, o garimpo trouxe à tona um grupo de novos atores sociais, cujas atividades econômicas eram baseadas em elaboradas e, de certa forma, inovadoras variantes do tradicional sistema de aviação.

O eixo central do garimpo era o relacionamento entre o fornecedor e os garimpeiros. O primeiro fornecia o capital e os últimos, a mão de obra (e ocasionalmente algumas ferramentas) para extrair ouro, cassiterita e outros minerais valiosos. O fornecedor provia alimentos básicos e um lugar para os trabalhadores pendurarem suas redes durante o tempo em que estavam no campo. Por tradição, o fornecedor era responsável pelas necessidades dos garimpeiros, tais como cuidados no caso de um deles adoecer<sup>70</sup>. Em troca de suas respectivas contribuições, fornecedor

e garimpeiro dividiam entre si quaisquer que fossem os resultados obtidos por sua associação. O fornecedor tinha direito à metade do produto. A outra metade era igualmente dividida entre todos os garimpeiros em uma turma. O termo *meia-praça* foi inicialmente utilizado devido a esse relacionamento entre fornecedor e garimpeiro. O termo também se referia à própria pessoa do minerador sob esse sistema<sup>71</sup>. Nos anos posteriores, fornecedor e meia-praça foram substituídos por dono e peão, uma mudança indicativa das transformações nas relações de trabalho descritas no próximo capítulo<sup>72</sup>.

O sistema meia-praça tinha várias características em comum com o tradicional sistema de aviação. Ambos envolviam um fornecedor, que adiantava capital e mercadorias, e um produtor. Sob o sistema de aviação, fornecedores eram provisionados pelos comerciantes de larga escala, que, por sua vez, dependiam de um monopólio de exportadores. Produtos "subiam" no sistema até os compradores e financiadores e mercadorias "desciam" até os produtores. No garimpo, o fornecedor geralmente recebia crédito e suprimentos do comerciante que era, por sua vez, vinculado a um ou mais compradores de minério. Assim como

fornecedores. Nos garimpões de Poxoreó, Mato Grosso, por exemplo, durante o período do auge, nos anos 30 e 40, 90% dos garimpeiros trabalhavam como meia-praça, geralmente em turmas de 18 a 20 homens. Em meados dos anos 70, quando a garimpagem estava em declínio no local, era difícil achar um patrão: enquanto 63% dos garimpeiros trabalhavam como meia-praça, somente 8% trabalhavam em grupos com mais de duas pessoas, e a maioria trabalhava sozinho (M. W. P. Baxter, *Garimpeiros of Poxoreó: Small Scale Diamond Miners and their Environment in Brazil*).

71. H. Sales, *Garimpões da Bahia*, p. 34.

72. Havia muitas variações na relação básica de meia-praça. Alguns garimpeiros que eram especializados na lavagem final ou *despescagem*, por exemplo, eram contratados como diaristas para outras turmas de trabalho. Em alguns casos, turmas inteiras trocavam suas diaristas de trabalho para executar tarefas particulares, uma prática conhecida como "troca de dias". Mudanças tecnológicas nas décadas de 70 e 80 levaram à crescente importância dos diaristas e criaram novas e elaboradas formas de financiamento e operacionalização do trabalho (ver Capítulo 2). O fornecedor era o patrão mais diretamente relacionado ao meia-praça, contudo outros patrões frequentemente extralham uma porcentagem da produção. Em garimpos localizados em terras privadas, por exemplo, o proprietário da terra tinha o direito costumário de cobrar 10% de todos os minerais extraídos. Parcerias mais formalizadas, conhecidas como sociedades, também existiam entre fornecedores. As divisões entre fornecedor e meia-praça eram frequentemente isentas de diferenças notáveis no estilo de vida. O fornecedor poderia trabalhar como parte de sua própria turma de trabalhadores, recebendo duas porções correspondentes a seus dois papéis. Havia também certo grau de mobilidade, de meia-praça para fornecedor, no garimpo (ver D. Cleary, *Anatomy of the Amazon Gold Rush*).

67. A. D. Lestra e J. S. Nardi, *O Ouro da Amazônia Oriental: O Mito e a Realidade*, p. 105.

68. D. Miller, "Highways and Gold: Change in a Caboclo Community".

69. D. Cleary, *Anatomy of the Amazon Gold Rush*.

70. Obrigavações dependiam de relações pessoais, da situação econômica do patrão e da produtividade do garimpo. A existência de um forte sistema meia-praça com grandes turmas de trabalhadores dependia primariamente da capacidade do garimpo em atrair potenciais fornecedores, no garimpo (ver D. Cleary, *Anatomy of the Amazon Gold Rush*).

no aviamento, os comerciantes no garimpo foram capazes de apropiar uma porção do excedente de produção do minerador ao manipular o preço do ouro e de provisões. E, assim como o seringueiro, os garimpeiros trabalhavam sob condições severamente adversas, sem garantias de assistência médica ou quaisquer benefícios, estando sujeitos à demissão sumária por seu fornecedor a qualquer momento.

O sistema de garimpo, contudo, diferia do aviamento em questões importantes. O que manteve o sistema de aviamento coeso durante o auge da borracha foram as dívidas contraídas pelos seringueiros junto ao dono do barracão que, por seu turno, mantinha débitos com outros sujeitos cadeia acima. Mas a imobilização por meio de dívida que mantinha seringueiros e comerciantes sob o controle dos barões da borracha não se desenvolveu no campo da mineração. Aqui o garimpeiro recebia seu sustento de, por exemplo, um piloto ou comerciante, e trabalharia o combinado sob o controle deste. Se o esforço não produzisse lucros, o garimpeiro perderia o tempo e energia investidos, mas não manteria nenhuma obrigação para com seu fornecedor. Esse arranjo constituiu-se numa diferença pivotal entre o auge da seringa e o da mineração, permitindo ao garimpeiro operar num modo muito mais independente, se comparado ao do extrativista nas estradas de seringa. Acima de tudo, o elemento de incerteza e sorte inherente à atividade de mineração mantinha a possibilidade de um súbito enriquecimento, perspectiva inexistente na coleta tradicional na floresta sob o sistema de aviamento<sup>73</sup>. Essas qualidades da mineração de pequena escala significaram que a garimpagem tornou-se uma das poucas alternativas na região que oferecia a promessa - e raros casos de realização - de ascensão social e econômica<sup>74</sup>.

A adaptação do sistema de aviamento à prospecção e exploração de minerais e o crescente aumento do setor de mineração de pequena escala nos anos 50 e 60 abriram caminho para a maciça corrida do ouro

que teve lugar várias décadas depois. Além disso, a rede que conectava os grupos econômicos e políticos na fronteira e os próprios garimpeiros tornaram-se forças poderosas a ser levadas em conta quando o regime militar pôs em andamento seus planos de modernizar a Amazônia nos anos 70.

73. E. P. Salomão, "Garimpos do Tapajós", p. 43.

74. D. Cleary, *Anatomy of the Amazon Gold Rush*.